



Europe as Empire. The Nature of the Enlarged European Union

Jan Zielonka

Oxford University Press, 2006, 304 pp.

ISBN: 0-19-929221-3/978-0-19-929221-9

## Terá a UE Enterrado Westphalia?

A doutrina divide-se nestas matérias. Por um lado, aqueles que defendem a perversão do conceito de “império” e o nefasto sentido da sua institucionalização nas relações internacionais, ou pelo menos na sua terminologia académica. Neste grupo de argumentação podemos considerar, por exemplo, Thomas Barnett, John Ikenberry, Philip Zelikow ou mesmo Samuel Huntington.<sup>1</sup> Por outro, aqueles que recuperaram o conceito para caracterizar quer alguns actores do actual quadro internacional, quer a solução para determinados problemas de segurança regional, apoiando esta ideia na necessidade de alguns “impérios” assumirem esse mesmo papel num compromisso de estabilização de longa duração. São exemplos disto o que tem escrito Niall Ferguson, Michael Ignatieff ou Robert Cooper.<sup>2</sup>

---

1 Ver Thomas P. M. Barnett, *The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-First Century*, New York, G. P. Putman's Sons, 2004; G. John Ikenberry, “Illusions of Empire”, *Foreign Affairs*, Vol. 83, N.2, Março/Abril 2004, pp. 144-154; Philip Zelikow, “The Transformation of National Security”, *National Interest*, Vol. 71, Spring 2003, pp. 17-28; Samuel Huntington, “The Great American Myth”, *Maclean's*, Vol. 118, N. 7, February 2005, pp. 40-41.

2 Ver Niall Ferguson, *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*, London, Allen Lane, 2004; Michael Ignatieff, *Empire Lite: Nation-Building in Bosnia, Kosovo, Afghanistan*, London, Vintage, 2003; Robert Cooper, “Imperial Liberalism”, *National Interest*, Vol. 79, Spring 2005, pp. 25-34.

Mas o que a literatura em Relações Internacionais tem secundarizado é o olhar para outros actores do sistema internacional contemporâneo além dos Estados Unidos. Todos os autores - e existem naturalmente alguns outros - acima citados têm centrado a sua análise no “império americano”, na predisposição neoconservadora que a corrente Administração vem encetando, sendo que uns se recusam a aceitar o epíteto, enquanto outros não só o perfilham como o saúdam. A lacuna na literatura académica, foi este ano fortemente preenchida por um fascinante e não menos desafiante livro. Jan Zielonka, o seu autor, e polaco de nascimento há muito se internacionalizou com sucesso no meio académico, sendo actualmente *Ralf Dahrendof Fellow in European Politics*, em Oxford.

O argumento central de *Europe as Empire* reside precisamente no assumir, de forma frontal e confortável, o papel imperialista que o processo de integração europeu tem vindo a traçar. Por outras palavras e focando a análise no último alargamento a Leste, Zielonka considera que se tratou de um processo historicamente sem precedentes, gerado pela implosão do comunismo e pela debacle da divisão Este-Oeste na Europa. Significa isto que a brecha político-ideológica pos-1989 potenciou e acelerou o impulso da UE em controlar, política e economicamente, Estados instáveis, órfãos de um destino, condicionando este mesmo futuro aos ditames processuais da integração europeia. Mas, afinal, onde está a ideia de “império” subjacente a isto?

Zielonka argumenta da seguinte forma. Primeiro, o período de consensos na UE terminou com o último alargamento. Quanto maior a diversidade, menor o consenso. Segundo, o autor introduz o conceito de “império neo-medieval” para caracterizar a actual UE. E explica-o em quatro pontos:

- (1) A existência de diversos tipos de unidades políticas operando num sistema sem um claro centro político ou hierarquia;
- (2) O facto de existirem fronteiras quase incipientes, recusando um elemento formal e clássico da soberania Westphaliana;
- (3) A cada vez mais proeminência de uma governação a diversos círculos, com mais de um nível e assente numa partilha política e cultural;
- (4) Uma identidade pan-europeia que apagara com o tempo a noção de nacionalidade, patriotismo, conceitos também eles intrínsecos ao modelo emergido em 1648 e que marcou as relações internacionais desde então.

Além disto, o argumento deste livro confronta duas habituais leituras da UE, isto é, a que acentua a dimensão numérica e estatística do processo de integração, e a que aborda o alargamento a Leste como um processo burocrático, rotineiro e essencialmente institucional, que pouco ou nada modifica o carácter ímpar da União. Se estas duas leituras são insuficientes, terá Zielonka dado um passo relevante para colmatar esta falha? Sim, mas não na totalidade. Como honestamente se apresenta, não pretende compor um argumento *sui generis*, antes um que assuma os parâmetros políticos muitas vezes descurados, além de motivar futuros trabalhos a partir dos seus pontos de discussão. Daí a quase centena de páginas de referências bibliográficas. A isto se chama desafio intelectualmente estimulante, sem ferir susceptibilidades europeístas, mesmo que descure um proteccionismo que a UE tantas vezes promove.

O paradigma medieval é, sem dúvida, o conceito chave do livro. Se as fronteiras eram e são conceitos amplos, por que insistir no modelo Westphaliano que comumente foca o processo de integração europeu? Para Zielonka, o actual quadro europeu é semelhante ao medieval, onde a autoridade era partilhada e estendida geograficamente, a soberania não era um conceito absoluto, e onde as Nações não tinham esse demos que as acentua no seu mais profundo sentido de existência – tal como hoje em dia podemos assistir um pouco por toda a Europa –, em detrimento de uma *network* de autoridades e relações inter-culturais cada vez mais profundas e activas.

Em conclusão, Zielonka aponta o caminho da UE: assumir esta vocação “imperial”, de carácter quase messiânico nas suas zonas de vizinhança, promovendo a integração sucessiva de Estados em construção, de modo a garantir estabilidade e desenvolvimento económico, sem descurar a importância do maior valor da integração: a capacidade de interligar as mais díspares culturas de acordo com critérios rigorosos de adesão. Um livro que se saúda pelo alcance intelectual mas, sobretudo, pelo *timing* de publicação.

Bernardo Pires de Lima